



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - EAD
CAMPUS V - JOÃO PESSOA**

ELIANE LUCAS OTÁVIO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): uma revisão da literatura**

João Pessoa - PB

2023

ELIANE LUCAS OTÁVIO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): uma revisão da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, à Coordenação de Administração Pública, da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Administração Pública.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Janine Vicente Dias

**João Pessoa-PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O87p Otávio, Eliane Lucas.
Políticas públicas e a importância da alfabetização na educação de jovens e adultos (EJA) [manuscrito] : uma revisão da literatura / Eliane Lucas Otávio. - 2023.

19 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Janine Vicente Dias, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância. "

1. Políticas Públicas. 2. Inclusão social . 3. Educação de jovens e adultos. I. Título

21. ed. CDD 361.61

ELIANE LUCAS OTÁVIO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): uma revisão da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Administração Pública da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito à
obtenção do título de Bacharela em
Administração Pública.

Aprovada em: 06/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Janine Vicente Dias (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dr. Odilon Avelino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: Sinopse Histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.....	8
3.1 A Educação e seu papel no desenvolvimento humano.....	8
3.2 Educação de Jovens e Adultos - EJA: breve histórico	12
3.3 Perspectivas da EJA.....	14
3.4 A Alfabetização e a EJA.....	15
3.5 Políticas Públicas, Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos No Brasil.....	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5 REFERENCIAS.....	20

POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): uma revisão da literatura

Eliane Lucas Otávio¹

Janine Vicente Dias²

RESUMO

A situação do jovem e do adulto que, por distintas circunstâncias, não conseguiu usufruir de seu direito à educação formal, ou mesmo tendo inicial acesso interrompeu o seu processo, constituiu o ponto de partida para elaboração do presente artigo, em forma de ensaio dissertativo, que teve como base um estudo bibliográfico, e cujo objetivo geral é discutir as perspectivas de inclusão desse indivíduo, a partir das possibilidades oferecidas pela Educação de Jovens e Adultos - EJA, tomando a alfabetização como elemento preponderante em seu processo de realização. A partir de critérios definidos, foram selecionados trabalhos de autores de diversas instituições do país, cujo objeto de investigação aloca-se na intersecção de dois campos: Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos - EJA e Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos - EJA. O resultado do estudo apresentou três grandes tendências: a) o apontamento para a escassez de trabalhos preocupados em investigar políticas públicas para modalidade da EJA; b) a preocupação dos autores em ressaltar as potencialidades da EJA na inclusão social e de jovens e adultos; c) a indicação da necessidade de se promover formação específica de professores da modalidade EJA.

Palavras-chave: Educação. EJA. Alfabetização. Políticas Públicas. Inclusão.

ABSTRACT

The situation of young people and adults who, due to different circumstances, were unable to enjoy their right to formal education, or even having initial access interrupted their process, constituted the starting point for the elaboration of this article, in the form of an essay, which intends, based on a bibliographical study, to verify the perspectives of inclusion of this individual, from the possibilities offered by the EJA - Youth and Adult Education, taking literacy as a preponderant element in its realization process. Based on defined criteria, works by authors from various institutions in the country were selected, whose object of investigation is located at the intersection of two fields: Literacy in Youth and Adult Education - EJA and Public Policies for Youth and Adult Education - EJA. The study showed three major trends: a) the lack of work concerned with investigating public policies for the EJA modality; b) the authors' concern in highlighting the potential of EJA in social inclusion and youth and adults; c) indication of the need to promote specific training for teachers in the EJA modality.

Keywords: education; literacy; public policy; inclusion.

¹ Bacharelanda em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail para contato: elianealexmillly@gmail.com

² Cientista Social, Doutora pelo PPGCS - Universidade Federal de Campina Grande e Professora da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: janinefdias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando se observa a história política do Brasil e os processos de constituição do direito à educação, se pode constatar que esses são marcados por uma trajetória de lutas. É nesse lugar, nesse campo, que se localiza a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Ela faz parte da luta pelo direito ao acesso e a permanência na educação, e acompanha de forma fragilizada a história da educação brasileira.

O caminho sócio-histórico da Educação de Jovens e Adultos é marcado por tensões, embates políticos e ideológicos e resistências, que a partir da década de 1960, por meio de ações e movimentos, teve na Educação Popular a principal expressão de reivindicação por uma educação de qualidade para todos, e principalmente para aqueles mais invisibilizados socialmente e excluídos do sistema de ensino.

A intensão do presente estudo está na retomada deste campo temático, a partir da trajetória da EJA no Brasil, cuja discussão foi norteada através de alguns autores de referência, como: Carli (2004), Galvão; Di Pierro (2007), Haddad (2000), dentre outros, problematizando esta modalidade específica de educação e o processo atual de alfabetização, bem como sua relação com as políticas públicas.

O objetivo deste trabalho foi discutir as perspectivas de uma educação inclusiva, a partir das possibilidades oferecidas pela EJA – Educação de Jovens e Adultos, tomando a alfabetização como elemento preponderante em seu processo de ensino-aprendizagem.

Para consecução do objeto a que se propõe, esse artigo se estruturou em tópicos distintos, porém devidamente encadeados, que abordou, de plano, uma rápida discussão do papel da educação no desenvolvimento de um povo para, em seguida, apresentar breve sinopse da história da educação de jovens e adultos no Brasil, desde a colonização, até o presente. A sequência abordará a importância e as perspectivas da EJA, culminando com uma análise da relevância da alfabetização para o referido processo.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Considerando-se em sentido amplo, a palavra *pesquisa* designa o conjunto de atividades que tem como finalidade apresentar um conhecimento racional, objetivo e rigoroso. Para os propósitos deste trabalho, interessa o conceito de pesquisa científica: investigação feita com a finalidade de obter conhecimento específico e estruturado a

respeito de determinado assunto. “É um processo reflexivo, sistemático, controlado e crítico que leva a descobrir novos fatos e a perceber as relações estabelecidas entre eles (PRESTES, 2012, p. 28).

As pesquisas podem ser classificadas de acordo com os seus objetivos, sua forma de estudo ou seu objeto. Neste caso, considerando-se o objeto do presente estudo, a pesquisa é do tipo bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material já publicado.

Para efetuar esse estudo, foi realizado um levantamento por meio digital de revistas, periódicos, dissertações, bem como, sites de pesquisa, de forma a identificar os trabalhos voltados para a educação de jovens e adultos. O levantamento foi realizado através de consulta on-line das publicações observando-se o título do artigo, as palavras-chave: educação de jovens e adultos, e posteriormente, lendo os resumos e o texto completo.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO: Sinopse Histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.

A melhor compreensão a respeito da Educação de Jovens e Adultos requer, antes de empreender uma jornada, mesmo que breve, em relação à temática em pauta, que se identifiquem alguns elementos essenciais a tal entendimento, que englobam, de forma sucinta, por não ser o tema principal, embora de importância fundamental à perfeita discussão do assunto, tais como: o que é educação e qual sua importância no contexto humano, social e econômico da sociedade – para, portanto, a partir desse subsídio, discutir a problemática da educação de jovens e adultos.

3.1 A Educação e seu papel no desenvolvimento humano

A educação, ao longo da história, tem-se revelado uma ferramenta de extrema relevância para o desenvolvimento, não apenas individual, mas, e principalmente social, das aglomerações humanas organizadas em sociedades, com reflexos diretos em todas as áreas que direta e indiretamente as influenciam, de forma imprescindível, em face da necessidade, sempre crescente de conhecimento.

O desenvolvimento intelectual dos indivíduos que integram uma sociedade se reflete, com a mesma intensidade com que é propiciado através da educação, na questão social, influenciando de forma interativa na solução dos graves problemas de cunho socioeconômico que a afetam – razão pela qual, faz-se indispensável que a educação sempre se encontre em um elevado patamar de qualidade. A esse respeito, importante verificar o que Lopes (2022, p. 62) explicita a respeito da educação, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento individual e social, em toda a sua amplitude conceitual:

A educação é o motor da sociedade, pois, como já mencionamos, com ela é possível o indivíduo se desenvolver intelectualmente. E quanto mais pessoas buscam o conhecimento e evoluem, melhor é para a sociedade, que terá mais ferramentas para alcançar o desenvolvimento social e reduzir as desigualdades. O acesso à educação pode ser uma porta aberta para diminuir os problemas sociais e econômicos de um país.

O papel da educação reveste-se de suma importância para o indivíduo, em particular, e para sociedade de maneira conjuntural, quando considerado o somatório de esforços individuais na perspectiva de utilização desse instrumento transformador como parte constituinte de solução de questões que lhes são atinentes e, não raro, aflitivas. O Instituto Algar (2021), ao comentar a respeito da excepcional incumbência da educação, enquanto fator de transformação, assim se manifesta:

A educação tem grande potencial transformador quando pensamos sob a perspectiva de desenvolvimento social. A informação e o conhecimento que uma pessoa recebe ao longo da vida podem fazer a diferença e, dessa forma, mudar estatísticas e realidades. Não é à toa que o estudo é tão valorizado quando pensamos em mudanças de paradigmas. É por meio do estudo que muitas pessoas obtêm ascensão social e superam desigualdades. Além disso, uma educação de qualidade muda não apenas a realidade de um indivíduo, mas também de sua família, de seu círculo social e, por fim, de um país inteiro.

O mesmo instituto, ao se referir à resultância da educação na vida do ser humano, assim pontua:

Antes mesmo de nascer, uma pessoa já pode ser impactada positivamente pela educação. Dados da UNESCO indicam, por exemplo, que uma criança com uma mãe que sabe ler terá 50% mais chances de sobreviver após os 5 anos de idade, pois a educação permite conhecer hábitos saudáveis, prevenção de doenças e respeito ao calendário de vacinações.

Além disso, a educação desde cedo permite que a criança se desenvolva mais, aprendendo mais sobre disciplinas, mas também sobre como ter pensamento crítico e como aumentar a sua capacidade cognitiva para responder aos desafios do mundo. Uma boa educação em casa, na escola e em outros espaços faz com que a criança se torne um jovem com senso crítico, que sabe quais são seus direitos e deveres e que tem mais habilidades para lidar com as mais diversas situações que podem se apresentar em sua vida.

Concluindo que:

Por fim, ao atingir a vida adulta, a educação também faz diferença no desenvolvimento de uma pessoa. Relatório da OCDE indica que “no Brasil, em 2015, pessoas de 25 a 64 anos com diploma de ensino superior com renda de emprego em tempo integral ganhavam 144% a mais do que trabalhadores em tempo integral, com apenas ensino médio concluído”, indica a organização.

Dessa forma, é possível imaginar como a educação pode fazer diferença para o desenvolvimento pessoal de qualquer pessoa. Além disso, ela ainda é fundamental para trazer desenvolvimento social.

Nesse sentido, Sousa e Freiesleben (2018, p.54), em um didático artigo a respeito da educação como fator de desenvolvimento, de forma magistral, assim discorrem:

No momento atual, tem-se na educação um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento do país, pois ela atua como valorização e empoderamento dos cidadãos, permitindo o fortalecimento e a eficácia das redes de capital social e priorizando o desenvolvimento regional (NAZZARI et al., 2004). Por meio da aquisição de conhecimentos o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida e conseqüentemente ocorre o crescimento da nação, ainda que seja um processo lento e necessite de constantes ajustes.

A complementação desse tópico, que trata do inquestionável impacto da educação no desenvolvimento, pode muito bem ser resumida no que Morel (2022), em interessante artigo publicado no Correio Braziliense, que trata da vinculação entre educação e desenvolvimento, pontifica, ao afirmar que “não existe hoje país algum no mundo que cresça desconsiderando a educação como parte importante da equação do enfrentamento da desigualdade e aceleração do desenvolvimento”. O citado artigo, ainda faz referência ao mesmo objeto:

A relação entre educação e desenvolvimento não é nova. Desde a década de 1960 temos estudos que procuram estimar os retornos econômicos dos investimentos feitos em educação. Desde o nível do indivíduo, com dados sobre acréscimo de renda e empregabilidade a cada ano adicional de estudo, até os benefícios para a sociedade — quanto maior a escolaridade média maior o Produto Interno Bruto (PIB) — fica evidente que um olhar estratégico para a educação é necessário para o desenvolvimento de um país.

Morel (2022) reforça a importância da educação como elemento intrínseco ao desenvolvimento, que remetem ao período da pandemia, ressaltando a dificuldade vivenciada, principalmente, por aqueles cujo processo educacional, por circunstâncias diversas ao longo de suas existências, não se completou ou não funcionou como deveria, informando que:

Vivemos, nos últimos anos, uma crise sanitária que disparou muitas outras: éticas, políticas, econômicas e sociais. Segundo relatório de abril de 2021 da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a extrema pobreza alcançou em 2020, na América Latina, níveis que não foram observados nos últimos 20 anos. Assim, como consequência da prolongada crise sanitária e social da pandemia da covid-19, a taxa de extrema pobreza na América Latina teria sofrido um aumento de 13,1% em 2020 e, no ano seguinte, em 2021, atingindo 13,8% da população, o que representa retrocesso de 27 anos.

Ainda a respeito da repercussão da crise, em virtude da pandemia, na vida dos brasileiros, Morel (2022):

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a pandemia puniu de forma mais dura os trabalhadores com pouca instrução, com redução em 2020, de 17,1% de postos de trabalho para pessoas sem instrução e com o ensino fundamental incompleto, e de 14,8% para o grupo com fundamental completo e ensino médio incompleto. A recuperação do mercado de trabalho no período pós-pandemia está sendo liderada pelo setor informal e pelos empregos de baixa qualidade. Em julho de 2021, o emprego formal representava 4,8% e o informal, 5,4% abaixo do nível pré-pandemia.

Concluindo, ainda a respeito da questão com um dado preocupante, mas que não deixa de fomentar reflexão a respeito da relevância da educação, e do futuro do país:

Outro dado preocupante, divulgado em maio de 2021 pela FGV Social, é que um quarto dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos formam hoje o grupo nem estuda, nem trabalha — jovens que largaram os estudos, mas que também não entraram no mercado de trabalho. Enquanto isso, oportunidades estão sendo desperdiçadas. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), a previsão é de que até 2025 o país abrirá cerca de 797 mil novos postos de trabalho na área de tecnologia, com um déficit de aproximadamente 300 mil profissionais dessa área até 2024 (MOREL, 2022)

A exposição até aqui relatada não permite que parem dúvidas quanto à importância da educação no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, bem como da imprescindibilidade que tal processo ocorra desde a mais tenra idade do homem, como forma de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, mais equitativa. Nesse

contexto, se pode discutir a questão da educação de jovens e adultos, o que já indica se tratar de um processo tardio, porém indispensável de recuperação e integração, daqueles que, por distintas circunstâncias não puderam iniciar ou completar o seu processo educativo.

3.2 Educação de Jovens e Adultos - EJA: breve histórico

A Educação de Jovens e Adultos é um processo que denota, de plano, que o processo que deveria ter sido iniciado, ainda dentro do lapso temporal correspondente à infância, por algum motivo, não se completou ou não foi sequer principiado.

A história do Brasil registra, ao longo de sua existência, algumas incipientes experiências nessa área, que merecem, de forma sinóptica, serem relatadas. Bezerra e Barreto (2014) relata a trajetória da educação de jovens e adultos, no qual traçam um histórico dessa jornada no Brasil, além de discutirem quanto às perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos, permite que se desenvolva um quadro sintético das principais ações a respeito:

Período	Ações
1549	Com a chegada dos padres jesuítas, em 1549. Estes se voltaram para a catequização e “instrução” de adultos e adolescentes, tanto de nativos quanto de colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social. Após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, ocorreu uma desorganização do ensino. Somente no Império o ensino voltou a ser ordenado (ARANHA, 2006).
1910	Segundo informações do IBGE, “o direito a ler e escrever era negado a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos”. Logo, alguns grupos sociais mobilizaram-se para organizar campanhas de alfabetização chamadas de “Ligas”.
1945	Com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Adultos tornou-se oficial. Daí por diante novos projetos e campanhas foram lançados com o intuito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em período regular. Dentre estes se pode citar a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire (BRASIL, 1945).

1967	O governo militar autorizou a criação do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização (a partir de 1985 passou a se chamar Fundação Educar), tendo como principal objetivo erradicar totalmente o analfabetismo, mas, principalmente, preparar mão-de-obra necessária aos seus fins, aos interesses capitalistas do Estado (CORRÊA, 1979).
1971	A LDB 5692/71 que contemplava o caráter supletivo da EJA, excluindo as demais modalidades, não diferia dos objetivos do MOBRAL quanto à profissionalização para o mercado de trabalho e à visão da leitura e da escrita apenas como decodificação de signos (BRASIL, 1971).
1996	Somente com a nova LDB, Lei nº 9394/96, art.37 e art.38, é que se passou a contemplar as várias modalidades de educação de jovens e adultos e uma melhor adequação às novas exigências sociais. Dentre algumas alterações significativas é possível citar a redução da idade mínima (15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio), com um atraso de pelo menos 80 anos em relação à divulgação das pesquisas do IBGE de 1910, o uso de didática apropriada às características do alunado, condições de vida e trabalho e incentivo à aplicação de projetos especiais que proporcionem o alcance dos objetivos desejados (BRASIL, 1996).

Fonte: Adaptação de Bezerra e Barreto (2014)

Os autores acima dissertam à trajetória histórica da educação de jovens e adultos, no Brasil, que:

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é marcada pela descontinuidade e por ténues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 1996).

O breve histórico traçado permite verificar que a educação de jovens e a adultos que, por circunstâncias adversas às suas vontades, não puderam usufruir, no todo ou em parte, ou mesmo de forma alguma, do direito à educação, sempre constituiu um sério problema para o país, em que pese às inúmeras tentativas e projetos que não resultaram em sucesso, quanto ao objeto a que se propunham.

É nesse contexto de sucessivas frustrações que surge a EJA, como uma modalidade, na área de educação, voltada de forma específica para esse público-alvo, com o objetivo de não apenas alfabetizá-los, mas, e principalmente, resgatar o tempo perdido e os inserir, na medida do possível, nas etapas seguintes da educação e da preparação para o trabalho.

3.3 Perspectivas da EJA

A Educação de Jovens e Adultos, como preconizada nos artigos 37 e 38 da Lei nº 9.394/96, e suas alterações, tem por meta, propiciar a todos que não tiveram oportunidade de ter acesso ao ensino fundamental e médio, ou mesmo tendo iniciado e atingido tais níveis, não lhes foi possível concluir, a oportunidade de atingir seus objetivos, com a possibilidade de uma articulação com a educação profissional, como se pode verificar da literal transcrição dos dispositivos citados:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Esteves (2018), ressalta que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender um público ao qual foi negado o direito à educação, durante a infância e/ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis. É uma oportunidade para que esses cidadãos possam se alfabetizar e se tornar letrados, atuando na rede escolar pública. A EJA foi criada com a finalidade de reverter à situação de milhares de jovens e adultos que não conseguiram ou tiveram acesso à educação básica no período regular ou em tempo adequado.

Pelos resultados até agora obtidos pela educação de EJA, malgrado as questões sociais e econômicas vivenciadas pelo país, leva ao questionamento de uma política pública promissora e de propósito integradora e, por conseguinte, inclusivo.

3.4 A Alfabetização e a EJA

A alfabetização, por representar o degrau inicial do mundo da leitura e da escrita, reveste-se de fundamental relevância no processo formal da educação de jovens e adultos, embora não signifique que, só a partir de sua apropriação é que o indivíduo passará a ter conhecimento – ela é uma ferramenta indispensável e complementar à aquisição e construção daquele, e que, no caso particular da EJA, requer, por parte do educador, experiência e adequação de método para vencer o desafio.

Para Bueno (2021, p.32), o processo de alfabetização na EJA, em face do público-alvo, requer, daquele que se dispõe a realizá-lo, um compromisso com a missão assumida:

O processo de alfabetização requer muito comprometimento e formação sólida. Além disso, os mecanismos cognitivos na transmissão do ensino para jovens e adultos é outro desafio. Alfabetizar pessoas nessas faixas etárias reproduz a universalização do direito à educação. Mas, também insere novas demandas para os profissionais. Portanto, o EJA, nesse cenário, é a modalidade do ensino que repassa a educação básica para faixas etárias mais avançadas que não puderam completar ou iniciar os estudos antes.

Nesse ponto, um questionamento se impõe: o que é alfabetização, para Esteves (2018, p.56):

A alfabetização é a aquisição do código da escrita e da leitura, a codificação através da escrita e decodificação através da leitura. É um processo específico de apropriação do código escrito; em suma, em seu sentido mais restrito, alfabetizar-se é aprender a ler e a escrever. É um processo ativo por meio do qual a crianças, os jovens ou os adultos nos primeiros contatos com a escrita constroem e reconstróem hipóteses sobre a natureza e funcionamento da língua escrita. A partir das hipóteses, errando o aluno vai compreendendo o código escrito. Deve se levar em conta como ponto de partida a realidade do aluno que tem um meio de vivencias e conhecimentos.

E ela complementa:

A alfabetização é vista como um processo individual pelo fato de a sociedade estar em constante mudança por isso à atualização individual deve acompanhar essas mudanças, visto que ela se refere à leitura, a escrita e as práticas de linguagem do indivíduo, a alfabetização é tida como processo da escolarização (ESTEVES, 2018 p.38).

Como se pode perceber a alfabetização não se restringe apenas à mera apropriação do código da escrita e da leitura (que antigamente se resumia a assinar o nome e/ou ler e escrever, sofregamente, algumas palavras), vai mais além, pois implica em desenvolver a capacidade do educando em, a partir da realidade que o cerca, ampliar sua compreensão de mundo – o que, segundo Esteves (2018), se concretiza, e se complementa, com o

letramento que, em suas palavras, o define como a prática de “introduzir-se nessa diversidade de práticas de leitura e escrita, é a capacidade do aluno utilizar a leitura e a escrita para resolver problemas do cotidiano”.

Esse processo é internalizado através do letramento, o aluno passa a utilizar a leitura e a escrita em seu benefício para facilitar suas práticas sociais. A escola representada pelos professores deve ensinar os alunos a ler e escrever mais também ajudar eles a compreender a utilidade e a importância dos textos abordados no seu cotidiano, ou seja, qual a função social dos textos lidos. São exemplos de letramento quando o aluno utiliza o código escrito para deixar um recado, escrever uma carta, fazer uma lista, marcar uma data no calendário, ler uma receita de bolo, controlar o orçamento doméstico, ler trechos da bíblia, ler para distrair todos esses exemplos têm uma função social ao utilizá-los o aluno é considerado além de alfabetizado também letrado (2018, p.45).

A citada autora complementa seu pensamento em relação à alfabetização e o letramento, dizendo que “são processos distintos, embora possam e devam caminhar simultaneamente” (2018, p.50). Já para Colavitto e Arruda (2014), informam que “ao longo do tempo o conceito de alfabetização vem se modificando, vem sendo avaliado, e assim definindo-se de modos diferentes”. De acordo os autores, pesquisas realizadas nos diversos censos demográficos no Brasil permitem que se perceba alguns aspectos dessas alterações.

Até 1940, eram considerados alfabetizados os cidadãos que declaravam saber ler e escrever, e que assinassem o seu próprio nome, para que pudessem comprovar. A partir de 1950 e até o último censo realizado no ano de 2000, passaram a considerar alfabetizados os que declaravam não mais ler e escrever, mas sim ler e escrever um texto simples. Isso nos mostra que os instrumentos de avaliação foram alterados e mudou o enfoque inicial dado ao conceito, ele foi sendo cada vez mais ampliado, pois houve necessidades, tanto sociais quanto políticas, e hoje em dia não é considerado alfabetizado aquele que simplesmente codifica ou decodifica os sinais gráficos, pois esse é um processo contínuo, que não se dá por encerrado nos anos iniciais escolares, é um processo que se estende por toda a vida, e alfabetizar-se vai além de ler e escrever, pois é necessário que o cidadão compreenda os significados e que saiba entender um texto ou um simples bilhete.

Como é possível inferir, atualmente ser alfabetizado transcende o mero saber ler e escrever, implicando também a compreensão daquilo que se lê. Daí a importância de o professor da EJA respeitar o conhecimento prévio do aluno e, a partir daí, fomentar seu trabalho de alfabetização e letramento, de modo a despertar no educando a capacidade de ler e compreender o que leu, além de despertar, com essas ações, a sua consciência crítica, preparando-o de forma mais adequada para sua inserção no universo variado do trabalho. Como afirmam Andrade e Andrade (2020, p. 33):

Diante do exposto, verifica-se que a educação de Jovens e Adultos pode ser um instrumento capaz de reduzir o fosso da desigualdade social minimizando os

impactos da pobreza, considerando que ao alfabetizar uma pessoa, expandem-se as chances de inserção no mercado, possibilitando o acesso no mundo do trabalho em oportunidades melhores, além disso, contribui para a formação de um cidadão capaz de participar de forma mais crítica e reflexiva da sociedade, contribuindo para diminuição do desequilíbrio social e melhoria do seu lócus social.

Há que se entender que o público-alvo da EJA compreende jovens e adultos que, como já descrito, por algum motivo não tiveram oportunidade de iniciar ou complementar seus estudos, na época própria, e, geralmente são trabalhadores que buscam um melhor posicionamento e, assim, requerem do professor a utilização de métodos que, não apenas despertem os seus interesses, de maneira rápida e eficaz, como também, de forma direta e objetiva, os incentive à participação efetiva em sala, a despeito do cansaço físico do dia e dos problemas que os afligem cotidianamente. Neste sentido, Andrade e Andrade (2020, 39), relatam que:

Para tanto, os professores enfrentam desafios permanentes e diários em sala de aula, uma vez que os alunos que optam por essa modalidade necessitam de metodologias que atendam a sua necessidade de aprendizado, não podendo ser uma aula meramente expositiva e dialógica, é importante apresentar uma metodologia que além de fomentar a qualidade do ensino, estimule a participação e a interação em sala, sabemos que muitos deles trabalham durante o dia, sofrem a pressão do mercado e vivenciam a violência cotidiana nos bairros que residem, além de enfrentarem diversos problemas familiares. Normalmente são alunos e são trabalhadores que estão todo tempo procurando melhorar sua qualidade de vida, que na maioria das vezes está relacionado à falta de estudo, ao subemprego ou a falta dele e dos baixos salários, o que certamente comprometem a sua educação.

A alfabetização, portanto, desempenha importante função na educação de jovens e adultos, devendo ser enfrentada pelo professor com criatividade, com dedicação e muita disposição para vencer os desafios – o que requer, para consecução do objetivo a que se propõe, na condição de política pública, uma formação mais específica e especializada de seus professores, além de condições estruturais que atendam às expectativas de um aluno que, em virtude da situação de que se reveste, chega à escola cercado de problemas de toda ordem (desde a questão familiar, até as precárias condições de trabalho), precisa de estímulo e de esperança.

3.5 Políticas Públicas, Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos No Brasil

Di Pierro e Galvão (2007, p.55) relatam que apesar de não se ter dados precisos para a época, o primeiro censo demográfico brasileiro, realizado em 1872, registrava um índice de analfabetismo de 80,2% entre homens e 88,5% entre mulheres. A Constituição da República, proclamada em 24 de fevereiro de 1891, demarcou a mudança dos traços característicos da monarquia centralizadora, inaugurando o Regime Republicano, o que levou – em tese, à ampliação dos direitos dos cidadãos através do voto.

A partir de documentos e registros da época, verificou-se que os adultos em situação de pobreza continuavam excluídos de sua cidadania, já que a condição de analfabeto não permitiria ter acesso ao voto. Sendo possível somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo Carli (2004)

Até a década de 30, com as oligarquias no poder, as necessidades econômicas e sociais do país satisfaziam-se mediante uma educação voltada para as elites, enfatizando a função de preparação de quadros burocráticos e profissionais liberais. As classes populares encontravam-se excluídas da educação (CARLI, 2004, p.50).

Benedito Eugênio (2004) descreve que somente em 1930 surgem os primeiros livros dedicados ao ensino supletivo. Foi no Estado Novo que se inicia a preparação de uma campanha de educação para jovens e adultos analfabetos, que só poderá ser posta em 1945. Galvão e Di Pierro (2007) esclarecem que é só no final de 1950 e início dos anos 60 que movimentos de educação e cultura populares influenciados pelo movimento político, social e histórico brasileiro a partir das ideias de Paulo Freire sobre o analfabetismo e a ação alfabetizadora começam a emergir.

Todavia, no ano de 1964 instala-se a Ditadura Militar no país, que configurou uma ruptura política produzindo uma completa nova aparelhagem do sistema político e omisso a extinção dos movimentos de educação e cultura popular, exceto o Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica (GALVÃO; DI PIERRO (2007). Em 1967, o Governo Federal cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, que tem como objetivo maior fazer com que os alunos aprendessem a ler e escrever, sem preocupação com a formação educacional integral do sujeito.

A concepção da educação dos jovens e adultos como um direito e não meramente uma compensação ganha expressividade por parte do Estado somente com a redemocratização do país, nos anos 1980, quando através do art. 208, da Constituição Federal de 1988, afirma que é dever do Estado para com a garantia do ensino fundamental,

obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Para Carli (2004, p.63) a exigência de vagas na EJA, “seja por um jovem ou por um adulto, obriga a autoridade competente, através do poder público, a atendê-lo”.

Segundo Di Pierro (2005), no decorrer da história da educação brasileira não foram poucas as tentativas do poder público traçar políticas públicas em torno da Educação de Jovens e Adultos, desde o direcionamento da incorporação desta modalidade para o terceiro setor, realizado geralmente por Organizações. Não Governamentais (ONGs), como também por sua distribuição em órgãos institucionais diversos, como as redes escolares federais, estaduais e municipais. Mas, é a questão dos recursos financeiros destinados a essa modalidade de ensino que mais movimenta o debate em torno das políticas públicas direcionadas à EJA.

Por fim, nesse processo, destaca-se a incorporação da modalidade de ensino EJA à Educação Básica, tendo regulamentadas as suas diretrizes curriculares através do parecer nº 11/00 do Conselho Nacional da Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CBE), que defende que as orientações curriculares devem partir de três fundamentos básicos: a função reparadora, quando a EJA é concebida como dívida social; a função equalizadora, que leva em conta as especificidades do sujeito da EJA; e a função qualificadora, que inclui a noção de educação para a toda a vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível verificar que existem várias concepções políticas e socioculturais em torno do EJA ao longo da história, não havendo um consenso sobre a institucionalização ou não dessa modalidade de ensino. Percebe-se que a discussão sobre a institucionalização da EJA aponta, sobretudo, para a existência de duas vertentes: a que defende a escolarização da EJA como forma de garantia de recursos financeiros públicos; e a que desconsidera a importância da captação de recursos.

Estas questões precisam ser mais bem debatidas, especialmente incorporando outras perspectivas e necessidades no processo de educação de jovens e adultos, inclusive a partir da alfabetização, que constitui um desafio a ser vencido, inclusive, pela capacidade adaptativa do professor em despertar no educando a vontade de aprender, de

modo a sobrepor-se aos seus problemas do dia a dia, sempre mantendo acesa a chama da perspectiva de sucesso, da busca por contínua melhoria de vida.

A partir do embasamento dos autores referenciados, considera-se que o campo educacional da EJA não se limita nos aparatos legais das políticas do poder público, nem somente nos processos de aprendizagem conteudistas e de reprodução à escolarização. De forma mais robusta, aqui se considera muito mais a concepção da EJA enquanto um direito das pessoas jovens e adultas, que se construiu e se constrói a partir de lutas históricas de sujeitos sociais.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 19-50.

ANDRADE, Camila da Silva; ANDRADE Selma Maria da Silva. *A importância da EJA e o papel do professor nessa modalidade de ensino: O caso de uma turma do Eixo-B*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67667>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

BEZERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. *Trajetória da educação de jovens e adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos*. Disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10_TRAJETORIA_EDUCACAO_JOVENS_ADULTOS.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2022.

BUENO, Felipe. *O que é e qual a importância do EJA?* Disponível em: <https://blog.vooomp.com.br/dicas/formacao-academica/o-que-e-e-qual-a-importancia-do-eja>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

CARLI, Solange Auxiliadora Souza. *Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no sistema de ensino de Belo Horizonte no período de 1990/2000: ordenamentos legais e efetivação institucional*. 2004. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizoto Medina Martins. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da alfabetização*. Disponível em: <http://docs.uninove.br/fac/educacao/Nathalia>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

ESTEVES, Maria Mara Teixeira. *A alfabetização e o letramento na educação de jovens e adultos*. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/1212eee0f0b15545ebbb586217370e7f_2025.pdf. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio, 2000.

HADDAD, Sérgio (Coord.) *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2002.

INSTITUTO ALGAR. *A importância da educação para o desenvolvimento social*. Disponível em: <https://www.institutoalgar.org.br/educacao/educacao>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

LOPES, Rodrigo Herrero. *Educação e desenvolvimento humano – Importância e Medidas*. Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/educacao-e-desenvolvimento-humano-importancia-e-medidas/>. Acesso em 07 de outubro de 2022.

MOREL, Heloísa. *Educação e desenvolvimento*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2022/04/5003778-artigo-educacao-edesenvolvimento.html>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

SOUSA, Flávio Elizário; FREIESLEBEN, Mariane. *A educação como fator de desenvolvimento regional*. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em 06 de novembro de 2022.